

ATA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Ata número seis

Ata nº 6

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, a Assembleia de Freguesia de Arcozelo reuniu em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Leitura e votação da Ata da sessão ordinária da Assembleia de Freguesia realizada em 30 de setembro de 2022;

Ponto dois – Leitura da correspondência recebida pelo Presidente da Assembleia;

Ponto três - Período destinado à intervenção do Público;

Ponto quatro – Período Antes da Ordem de Trabalhos;

Ponto cinco – Apresentação, discussão e votação do Plano Orçamental Plurianual e Orçamento para os anos de 2023 a 2027;

Ponto seis – Apresentação e votação do Mapa de Pessoal para 2023;

Ponto sete – Proposta de autorização à Assembleia de Freguesia para a execução do Plano Orçamental Plurianual e Orçamento para o ano de 2023, por parte do Executivo da Junta de Freguesia de Arcozelo; Ponto oito – Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade autárquica

desenvolvida e da situação financeira da freguesia, nos termos das alíneas e) do nº 2 do Artº 9º e da v) do Artº 18º da Lei 75/ 2013 de 12 de setembro;

Ponto nove – Apresentação, discussão e votação da 4ª Revisão Orçamental ou 4ª Alteração Orçamental Modificativa;

Ponto dez – Apresentação, discussão e votação da Proposta de Regulamento do Programa "Mobilidade de Proximidade (Transporte porta a porta MOB+);

Ponto onze – Discussão e votação do Parecer da Presidente da Junta de Freguesia, aprovado em reunião do Executivo de 19/12, para atribuir denominação a dois arruamentos da freguesia.

O senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão que foi secretariada por Maria Isabel da Silva Santos Fortuna e por Libânia Faria Monteiro da Silva. Foi feita a chamada dos senhores deputados, tendose verificado a presença de:

Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo,

Vasco António de Castro Bezerra,

Israel Bernardo Cunha Oliveira.



José Miguel Duarte Oliveira Gomes,
Paulo Renato de Oliveira Capela Vieira,
Maria Isabel Silva Santos Fortuna,
Carla Cristina Mendes dos Santos,
Fernando Alberto Maia Oliveira,
Alexandre Manuel Couto e Silva,
Rui Paulo Fidalgo Lages,
Libânia Maria Monteiro da Silva,
Maria de Fátima Teixeira Moreira Santos,

José Miguel Gonçalves Rocha em substituição de Manuel José Santos Oliveira.

Ponto um – Leitura e votação da Ata da sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, realizada em 30 de setembro de 2022.

A ata foi votada e aprovada por unanimidade.

Ponto dois – Leitura da correspondência recebida pelo Presidente da Assembleia.

A correspondência encontra-se anexada a esta ata para possível consulta.

Ponto três – Período destinado à intervenção do público.

Inscreveram-se para falar: António Moreira dos Santos, Rui Moreira, Vitor Duarte, José António Rodrigues, Ana Moreira e Isabel Maganinho.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu a palavra ao senhor António dos Santos que alertou para alguns arranjos que é necessário providenciar no Parque das Merendas: bancos partidos e empenados, algumas mesas e referiu que aquele local, sendo muito usado para piqueniques por Arcozelenses e visitantes merece ser recuperado; este senhor falou ainda na falta de um Edital para divulgação desta Assembleia, na porta da Junta de Freguesia; voltou a pedir informações sobre os azulejos do Apeadeiro da Aguda; relembrou as obras, muito necessárias, no bairro social Mota Amaral e questionou as obras da Rua das Tojeiras, bem como dos apeadeiros da C.P. da nossa freguesia. Seguiuse o senhor Rui Moreira que alertou para o seguinte: passeios da freguesia, poda das árvores, especialmente as de grande porte, mau estado dos corredores principais do cemitério, conserto dos candeeiros à frente do cemitério e falta de água no patamar superior do cemitério por mais de dois meses. Falou mais uma vez no Centro Social de S. Miguel, dizendo que é urgente a Junta sair do edifício que ocupa atualmente. O senhor Vitor Duarte tomou a palavra para alertar para o caso do beiral da casa velha (quase em frente ao supermercado Mira Ramos) estar por solucionar; na Rua das lavouras a vegetação ter crescido até ao meio da rua; na rua lateral da Igreja antiga piso irregular e lajes partidas;

Página 2 de 17



passeios e bermas a necessitar de arranjo; quis, ainda saber em que pé está o Masterplan da freguesia. O senhor José Rodrigues alertou para vários problemas nos lavadouros da nossa freguesia, especificamente no Lavadouro da Vale que necessita de limpeza, de arranjo dos seus muros e da urgência da canalização da água que abastece esse lavadouro público. Seguiu-se a senhora Ana Moreira que falou sobre os arruamentos do cemitério estarem cheios de remendos, dizendo que é urgente uma obra de fundo naquele local e como é uma obra muito cara, sugeriu que se fizesse faseadamente. Alertou ainda para as tampas de saneamento das ruas que muitas vezes não estão niveladas e alertou também para as pedras da calçada levantadas junto ao multibanco da Avenida João Paulo II. A senhora Isabel Maganinho agradeceu a limpeza do terreno pertencente à Ascendi. Chamou à atenção para ruas esburacadas na Aguda e tampas de saneamento elevadas na Rua do Adro, perto da Desco. Pediu ainda a mudança de local de alguns sinais de trânsito para facilitar a mobilidade dos peões. Seguiu-se a senhora Presidente da Junta de Freguesia que afirmou, mais uma vez, que tudo o que é posto nesta Assembleia pelos fregueses chega sempre aos responsáveis da Câmara Municipal. Respondendo ao senhor António Moreira dos Santos disse que as obras do Bairro Social não são da responsabilidade da Junta de Freguesia, mas que esse bairro vai ser intervencionado pela Câmara. Relativamente ao Parque Maria Adelaide informou que será feita uma manutenção de limpeza habitual, mas não outra mais profunda porque, como se sabe, este parque faz parte do projeto da nova Junta que está em concurso orçamental junto de entidades construtoras para a sua edificação. Esse parque será o jardim da nova Junta. Quanto aos sanitários junto à Igreja antiga, o Executivo da Junta tinha a intenção de usar mão de obra dos seus funcionários, mas por falta de capacidade e disponibilidade dos trabalhadores, resolveu pedir orçamento a um construtor para entregar a obra e, neste momento estão a aguardar por resposta. Os azulejos do apeadeiro da Aguda estão numa fábrica de restauro e logo que estejam restaurados haverá uma reunião com os responsáveis da Junta, da C.P. e outros para decidir em que local do apeadeiro serão colocados. A senhora Presidente informou que já pediu um orçamento para restauro dos bancos e das mesas do Parque das Merendas. Respondendo ao senhor Rui Moreira disse que os passeios onde há árvores são um grande problema porque são as raízes das árvores que danificam os passeios. A senhora Presidente passou a falar do Centro Social de S. Miguel de Arcozelo e disse que o seu Executivo foi o que mais se preocupou com esta instituição e que, por isso, logo no Manifesto inicial do seu mandato se prometeu que a Junta deixaria esta casa logo que possível e que tudo iria fazer para que fosse construída uma nova sede para a Junta também por este motivo. Disse haver alguns mitos relativos a este assunto que gostaria de esclarecer: os proprietários desta quinta não a venderam com a condição de aqui ser instalado um centro social, venderam-na porque queriam fazer esse negócio. O senhor António Ferreira da Silva,

Página 3 de 17



pessoa que deu muito a esta Terra e que ninguém reconheceu até hoje, propôs na Assembleia de Freguesia que se comprasse esta quinta com a intenção de dar este prédio para um lar do centro social; houve uma intenção da Junta e não uma intenção do vendedor. Esta aquisição custou à Junta 5000 contos, o que era um preço normal à época; diz-se também que a junta se "meteu" aqui, o que não é verdade. Em 1996 foi feito um contrato de comodato que diz o seguinte: "na cedência que se efetua, fica temporariamente excluído todo o primeiro andar e o salão do rés do chão; esta parte do prédio fica afeta ao uso provisório da Junta de Freguesia para funcionamento da sua sede até que uma nova sede se construa. Finda a ocupação, todo o prédio ficará para o segundo outorgante para ampliação dos serviços sociais conforme o regulamento elaborado para o concurso de cedência." Foi assinado pelo Presidente da Junta, pelo Presidente dos Vicentinos e pelo Presidente da primeira Direção do Centro Social. A senhora Presidente afirmou que a Junta de Freguesia está aqui instalada com legalidade, o que não quer dizer que o seu desejo seja aqui continuar, muito pelo contrário, tudo tem feito para que uma sede de Junta seja construída. O Executivo anterior a 2018 como não conseguiu reunir as condições para a construção desse equipamento, resolveu ceder o" terreno da Cruz Vermelha" para a construção do novo centro e este edifício ficaria para a Junta; a senhora Presidente informou que na sua pesquisa leu, na Ata da Assembleia de Freguesia de 17/05/2006, que nessa Assembleia foi dada autorização ao senhor Presidente para a respetiva cedência, o que nunca aconteceu; em outra Ata de Janeiro de 2007 pode lerse que a candidatura do Centro Social ao Projeto Pares foi rejeitada pelo motivo daa escritura de cedência do terreno não ter sido feita atempadamente. Concluiu dizendo que, dada a proximidade e abertura existente entre os responsáveis do Centro Social e os da Junta de Freguesia, não tinha entendido o pedido de uma reunião entre todas as forças representadas na Assembleia, para tentar uma solução para a instituição Centro Social. E disse "todos querem o Centro Social, eu também quero, sempre quis e fiz tudo ao meu alcance para que fosse encontrada a melhor solução; neste momento foi dado um passo gigante para que a Junta saia daqui; a construção de um edifício para a nova Junta está em concurso público; em breve a obra começará".

Ponto quatro – Período Antes da Ordem de Trabalhos

O senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém se queria inscrever para falar e como ninguém o fez passou ao ponto seguinte.

Ponto cinco – Apresentação, discussão e votação do Plano Orçamental Plurianual e Orçamento para os anos 2023 a 2027.

Inscreveram-se para se pronunciarem sobre este ponto os deputados Vasco Bezerra e Eduardo Barroco de Melo. O primeiro, no contexto do Plano e Orçamento solicitou alguns esclarecimentos: No ponto

Página 4 de 17



Educação e Cultura, no que se refere à parceria com a escola de circo "Circus Vila" perguntou se o novo contrato será anual ou plurianual; relativamente à Ação Social, pediu que houvesse um entendimento entre a Junta e a direção do Centro Social para encontrar uma solução para a libertação do rés do chão, durante os dois anos de construção do edifício da Junta, conforme sugestão já anteriormente manifestada pelo seu partido; questionou se quando se diz "continuar a construir alguns passeios", se é construir de raiz ou reparar; pediu informação sobre os lavadouros da freguesia e referiu também a necessidade da reabilitação do Parque das Merendas; no ponto Juventude e Recreio pediu informação sobre o projeto para o Parque de Manutenção; reiterou que devia haver reuniões regulares entre a Junta e a GNR para tentar agilizar uma maior presença dessa instituição na freguesia; questionou se os valores monetários apresentados pela Academia das Artes no item "outros trabalhos realizados", se referem às avenças que se liquidam e se, (no mesmo item) nas Receitas o valor de 7000€ corresponde ao valor das mensalidades pagas pelos alunos. Seguiu-se o deputado Eduardo Barroco de Melo que começou por fazer um pedido de esclarecimento ao deputado Vasco Bezerra sobre a reunião do Centro Social com os representantes da Assembleia de Freguesia; questionou se as propostas apresentadas pelo seu partido tinham sido acompanhadas de algum tipo de alteração orçamental. Frisou que é importante ter a noção de que agora, a partir de 20 de dezembro deste ano de 2022, será aberto concurso para a construção da Junta de Freguesia no valor de 2,2 milhões €, que não é referente só à sede da Junta, mas também a um conjunto de equipamentos a ela associados. Perante isto perguntou quais deverão ser as prioridades, se esta construção já aprovada ou se devemos propor outras prioridades e abdicar do quê. O senhor deputado Vasco Bezerra agradeceu o esclarecimento e explicou que, se o rés do chão fosse libertado, o Centro Social poderia aplicar os apoios camarários recebidos em possíveis obras necessárias; por esse motivo sugeriram a mudança dos serviços da Junta do rés do chão para o Piaget ou para a Federação do Folclore para não se estar dois anos à espera da construção da nova junta. O senhor deputado Eduardo Barroco de Melo respondeu que, no plano das intenções, a proposta é importante, mas no plano da exequibilidade, não é assim tão simples. O senhor deputado Vasco Bezerra acrescentou que sendo da área não se importava de apresentar uma proposta, um orçamento e de sugerir várias empresas para executar o trabalho. Disse que todos estão a trabalhar com seriedade e com o mesmo objetivo. O senhor deputado Eduardo pediu desculpa e substituiu a palavra seriedade pela palavra rigor. Seguiu-se a senhora Presidente da Junta que iniciou a sua intervenção por esclarecer que o contrato firmado com a entidade "Circus Vila" foi assinado pelo período de um ano e que relativamente à hipótese de a Junta ser mudada provisoriamente para um destes espaços sugeridos, não ser possível porque nenhum deles pertence à Junta. Acrescentou que as negociações nesse sentido com as respetivas entidades continuam.

Página 5 de 17



Relativamente aos passeios, disse que vão sendo arranjados, mas que são muitos a necessitar de intervenção devido às árvores que os danificam; vai-se continuar a recuperação dos lavadouros públicos da Freguesia; o lavadouro da Fonte Nova é particularmente difícil porque o esgoto da água é muito fundo em relação à rua; vai-se descobrir onde está entupido para depois puxar a água para cima para fazer uma nova canalização. Já há um orçamento para essa obra. Relativamente ao Parque de Manutenção ainda não há uma previsão de recuperação porque se está a tratar de vários assuntos com ele relacionados, como a abertura da rua do Caminho do Ribeiro; estão a negociar um protocolo entre a APA e as Águas de Gaia para tentar que estas entidades deem algum contributo financeiro para esta obra. A senhora Tesoureira respondeu ao senhor deputado Vasco Bezerra sobre a questão que este deputado fez relativamente à verba da Academia das Artes, dizendo que essa verba se refere às mensalidades pagas pelos alunos.

Não havendo mais nenhum deputado para intervir, o "Plano Orçamental Plurianual e Orçamento para os anos 2023 a 2027", foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com 8 votos a favor do PS, 5 votos contra, 4 do PSD e 1 do CDS/PP.

No dia seguinte, dia 27 de dezembro de 2022, os eleitos do PSD, na pessoa do seu líder, envia por e-mail uma declaração de voto, requerendo que se faça constar do corpo desta ata e que se passa a transcrever: "Os eleitos pelo Partido Social Democrata na Assembleia da Freguesia de Arcozelo, na reunião da Sessão Ordinária realizada a 26 de dezembro de 2022, votam contra os documentos de Plano Orçamental Plurianual e Orçamento, apresentados pelo Executivo Partido Socialista da Freguesia de Arcozelo, tendo em consideração de que este orçamento é um documento que traduz ausência de investimento e a continuidade da dependência do executivo camarário.

Relativamente ao plano de ações a desenvolver entre 2023 e 2027, os eleitos pelo PSD manifestam o seu desagrado pela forma como este documento continua a não apresentar uma estratégia de desenvolvimento coerente, estruturado e sustentável para a freguesia, sendo visível a continuidade da dependência de um projeto megalómano (Masterplan), despesista e que exige forte investimento camarário.

Com esta ambição, está a limitar o plano de ações, continuando a reforçar as atividades avulsas, muito assentes em eventos tradicionais (feiras e mercados), deixando para segundo plano os verdadeiros problemas da freguesia, como, por exemplo, a devolução das salas ocupadas pela Junta de Freguesia ao Centro Social de S. Miguel de Arcozelo, promessa que remonta ao ano de 2018, até à presente data não concretizada, bem como o apoio financeiro às poucas associações culturais, recreativas e desportivas da Freguesia.

No que se reporta ao documento orçamental, as despesas de capital (investimento) apresentam montantes reduzidos, demonstrando a dependência do executivo camarário, face às elevadas despesas correntes, destacando-

Página 6 de 17



se as despesas com o pessoal, continuando a ter um peso muito significativo, com destaque ao recurso a pessoal em regime de tarefa ou avença.

Face ao exposto, o Partido Social Democrata não acompanha e vota contra as Grandes Opções do Plano Plurianual e Orçamento da freguesia de Arcozelo, visto não servir os interesses e prioridades da população, e solicita que esta declaração seja incorporada no corpo da ata desta reunião.

Arcozelo, 26 de dezembro de 2022

Os eleitos do Partido Social Democrata

Vasco Bezerra

Paulo Vieira

Carla Costa

Miguel Rocha

Também no dia 27 de dezembro, o único eleito do CDS/PP, enviou por e-mail a declaração de voto requerendo que se faça constar do corpo desta ata e que se passa a transcrever:

"A proposta de Plano e Orçamento para 2023, continua a ser um documento extenso de propostas, repetidas de anos anteriores, sem um cronograma específico!

O plano orçamental, destaca-se pela despesa com o pessoal a termo e com um número significativo de pessoal em situação de avença.

A Freguesia de Arcozelo tornou-se numa microempresa de pessoal avençado, substituindo o movimento associativo nas tarefas ao nível da educação e cultura.

Mais uma vez a folga para a despesa de capital (investimento) é diminuta, dependendo exclusivamente do município e privando o movimento associativo dos devidos recursos financeiros para a execução dos diferentes planos de ação no domínio social, cultural e desportivo.

Assim, o CDS/PP não acompanha o documento em apreciação, votando contra.

26 de dezembro 2022

Rui Paulo F. Lages

Ponto 6 - Apresentação e votação do Mapa de Pessoal para 2023.

Página 7 de 17



O Sr. Presidente colocou à discussão o mapa de pessoal para 2023, e dado que nenhum deputado mostrou interesse em intervir neste ponto, passou-se de imediato à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 7 - Proposta de autorização à assembleia de Freguesia para execução do Plano Orçamental Plurianual e Orçamento para o ano 2023, por parte do Executivo da Junta de Freguesia de Arcozelo.

Apesar de todos os deputados terem nos seus documentos a proposta de autorização à assembleia para a execução do plano Orçamental Plurianual e Orçamento para 2023, a mesma foi lida pelo Sr Presidente da Assembleia. Passou-se de seguida a votação e foi aprovada por unanimidade

Ponto 8 - Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade autárquica desenvolvida e da situação financeira da Freguesia, nos termos das alíneas e) do n°2 do Artº 9.º e da v) do artigo 18° da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Foi dada a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia que informou, em relação a atividade desenvolvida:

- Continuamos a fazer atendimento ao público sempre que seja solicitado;
- O serviço social da junta continua com a entrega de refeições aos sem abrigo, apoio ao banco alimentar, apoio a carência económica, emergência social das pessoas mais fragilizadas;
- Continuamos com reuniões com os diversos intervenientes sobre o projeto das passagens de nível, tentando resolver com as entidades responsáveis, a Câmara e I.P., os vários problemas que vão aparecendo com o decorrer das obras, como o estado das ruas que se vão deteriorando;
- Continuamos a acompanhar a obra da rua das Tojeiras que se prevê que esteja pronta no início do ano;
- A carrinha de nove lugares chega finalmente amanhã. Projeto MOB+ Precisamos de fazer algumas diligências como o seguro, o que atrasou um pouco este processo; o regulamento para a utilização da mesma, será apresentado brevemente;
- Continuamos a receber inscrições para as atividades na academia das artes;
- O Ecozelo continua a ser um sucesso;
- A limpeza dos jardins das escolas e outros equipamentos;
- Pequenos arranjos nas escolas, passeios, via pública;
- Acompanhamento na implementação do projeto de reabilitação da avenida Vasco da Gama em Miramar;
- O mercado de Natal que se realizou na federação de folclore com o maior número de bancas de sempre (88), foi um sucesso e contou com animação de diversas atividades da academia das artes e outras, uma

Página 8 de 17



praça da alimentação ao cuidado das nossas comissões de festas que nos proporcionaram uma grande variedade gastronómica; fomos visitados por muitas centenas de pessoas;

- Iluminação de Natal decorações na Rotunda da Galp feitas pelas crianças do 1.º ciclo/Jl de Arcozelo e Escola Secundária Oliveira Ferreira, bem como a praça de Natal no parque das Merendas, elaborado por pessoas de Arcozelo que se voluntariaram para realizar este trabalho tao interessante;
- Apresentação do livro, no salão Nobre, "Ama-me devagar, mas com urgência "de Lígia Silva;
- Em outubro participamos na semana do idoso;
- Entrega de prémios de mérito e excelência das escolas de Canelas e Valadares aos alunos que são residentes na freguesia. Foi também atribuído um prémio a Martim Figueiredo, medalhado (bronze) em kickboxing no campeonato Mundial da Turquia;
- Parceria com o Cinanima para deslocação dos alunos do 4.º ano do Agrupamento de Escolas Sophia de Mello Breyner;
- Foi iniciado o procedimento de consulta prévia para empreitada de requalificação de 4 ruas, com valor base de 85.200 euros mais IVA;
- No dia 7de dezembro foi aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal de Gaia a Proposta dos encargos para a empreitada inserida no Masterplan, Fórum Cidadania de Arcozelo (novo edifício da Junta de Freguesia). A realização desta obra terá a duração de 18 meses. Este será o primeiro passo para sairmos deste local. Quanto ao processo judicial dos separadores na avenida da igreja - em 2009, a Avenida João Paulo II sofreu uma intervenção de repavimentação que abarcou também a Avenida da Igreja, estando prevista apenas a repavimentação do piso. Não obstante esse facto, foi instalado um separador central na Avenida da Igreja, cujos trabalhos a mais não estava previsto executar e não se encontravam devidamente projetados e licenciados, carecendo de qualquer procedimento legal que permitisse a sua construção. Essa alteração indevida da obra em execução não terá sido responsabilidade do dono de obra, mas alegadamente do executivo da Junta de Freguesia de Arcozelo em funções à data, na pessoa do seu Presidente. A fatura desta parte da obra foi emitida em fevereiro de 2010 pela empresa Paviazeméis que a remeteu à Junta de Freguesia de Arcozelo. Esta nunca foi paga nem a sua responsabilidade foi assumida pelo Executivo. Sem resolução, em julho de 2012, a Junta de Freguesia de Arcozelo foi citada no pedido de injunção que a empresa interpôs, encontrando-se a decorrer desde então o respetivo processo em tribunal. Quando assumimos o Executivo da Junta de Freguesia no final de 2017, mais de 7 anos depois da emissão da fatura e cerca de 8 anos depois da obra, o processo ainda decorria. Do ponto de vista legal, não nos era possível assumir essa despesa dada a ausência de elementos formais que assim o autorizassem. Do ponto de vista da responsabilidade sobre a obra, não

Página 9 de 17



cabia a este Executivo assumir uma responsabilidade à qual não tinha vínculo formal ou outro, por não ter tido qualquer participação no referido negócio. Defendemos o nosso caso em tribunal, que infelizmente veio a condenar a Junta ao pagamento da obra em março de 2020, a que acresceriam outras despesas. Cientes de que o Executivo que à data se encontrava em funções não assumiu como sua essa obra, procurámos esgotar os meios ao nosso alcance para reverter a decisão ou para diminuir o valor total em causa, sempre com o intuito de limitar ao máximo os danos que tal processo irremediavelmente causaria à Junta de Freguesia de Arcozelo e à sua atividade regular. Apesar dos nossos esforços, tentando inclusivamente um acordo entre as partes após a sentença, a Junta de Freguesia de Arcozelo enfrenta agora uma penhora resultante de uma ação executiva datada de novembro deste ano, estando agora em fase de liquidação dos valores que lhe são requeridos. Podemos adiantar que, apesar dos juros finais ainda não se encontrarem calculados, entre valor de obra, juros e despesas do agente de execução, a Junta de Freguesia de Arcozelo será obrigada a pagar cerca de 85 mil euros à empresa Paviazeméis. Fazemo-lo por obrigação legal a que apenas um tribunal nos poderia vincular. Fazemo-lo com a convicção de que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para defender o interesse de Arcozelo e dos Arcozelenses, mas sem menosprezar o enorme impacto que uma despesa extraordinária deste montante tem sobre a nossa atividade autárquica e sobre o trabalho que os nossos concidadãos esperam de nós. Fazemo-lo com a responsabilidade de quem assume este órgão autárquico, mas sabendo que não nos cabe a responsabilidade concreta de mandar ou desmandar sem acautelar as suas ações. Procuramos todos os dias trabalhar para o reforço da nossa comunidade, reparar as nossas infraestruturas e as nossas estradas, investir nas escolas e em intervenção social, na atividade cultural e no lazer, mas é preciso dizer com clareza que tudo isso fica em causa perante pagamentos extraordinários deste montante. É irresponsável fazer obra sem respaldo formal, pois não apenas se remete a despesa para o futuro, hipotecando o trabalho da Junta de Freguesia de Arcozelo, como se encarece esse custo com juros desnecessários e se multiplica a despesa realizada sem sequer se ter a disponibilidade para assumir e corrigir o erro. Não procuramos julgar a responsabilidade, porque esse julgamento já foi feito pelos nossos cidadãos a 1 de outubro de 2017. Tampouco procuramos o ganho político de reavaliar o passado. Contudo, pela sua gravidade, estas ações repercutem-se no presente e é imperioso que se diga que a este Executivo coube a responsabilidade de resolver os problemas do passado mesmo à custa das necessidades do presente. A senhora Presidente referiu ser um valor muito elevado e que não tinham a possibilidade de o poder pagar logo na altura, por não ter orçamento e nem nenhum contrato assinado. Havia um pequeno contrato escrito, mas que não estava assinado pela empresa, nem pelo Presidente da altura. Havia, portanto, uma série de situações que não lhe permitiam assumir o pagamento dessa

Página 10 de 17



despesa. Por fim a presidente entregou a sua declaração para que ficasse em ata. De seguida falou das disponibilidades nas instituições bancárias:

Até 31 de Outubro a Junta de Freguesia tinha em caixa 26.996,92€ - Novo Banco 1.683,98€; Novo Banco 214.060,59€; BPI 107.334,05€. Total de instituições bancárias 323.078,62€. Total das disponibilidades 350.075,54 €. No Novo Banco incluiu a penhora de 20.923,59€, desde 10/10/2022. No BPI incluiu a penhora de 65.000,00€, desse 10/10/2022 por conta do processo judicial do separador. Fluxos de caixa: Saldo da gerência Anterior 70.572,15€. Execução orcamental 54.631,32€. Operação de tesouraria 15.940,83€. Recebimentos 979562,21€. Receitas orçamentais 970.557,49€. Operações de tesouraria 9.004,72€. Pagamentos 700.058,82€. Despesas orçamentais 693.039,06€. Operações de tesouraria 7.019,76€. Saldo de gerência seguinte 350.075,54€. Execução orçamental 332.149,75€. Operações de tesouraria 17.925,79€. Depois de lida toda a informação, o senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum deputado precisava de algum esclarecimento. Pediu a palavra o Sr deputado Vasco Bezerra. Disse que gostava de ser esclarecido sobre o procedimento da consulta prévia para a empreitada da requalificação de quatro ruas e que ruas tinham sido contempladas. Em relação ao separador e à explanação que a Sra Presidente fez por escrito solicitou que a mesma lhes fosse fornecida junto com a ata para a poderem analisar e que gostariam de saber o valor da fatura da Paviazemeis antes do processo judicial para melhor perceber o processo e o que daí derivou. O Sr Presidente da Assembleia perguntou se algum deputado queria algum esclarecimento. Usou da palavra o senhor deputado Vasco Bezerra que perguntou em relação ao documento de consulta prévia para a empreitada da reabilitação das quatro ruas, gostava de saber quais as ruas contempladas, e relativamente ao assunto do separador que afeta o executivo anterior do PSD, gostaria que a explanação feita pela Sr Presidente fosse fornecida junto com a ata, e relativamente a este ponto gostaria de saber qual era a fatura inicial da Paviazeméis, e quanto foi depois a mais para poderem analisar o processo e o que daí derivou. O Sr Presidente da Assembleia respondeu que o documento faria parte da Ata e que o valor dito pela Sra Presidente da Junta, era o valor inicial de 35.000€; com juros até 2012 já ultrapassava os 42.000€ e que com os anos até hoje chegou aos valores de 85.000€. Esclareceu ainda que as ruas contempladas eram: Rua dos Alegres, travessa do Carvalhal, rua dos Pedros, rua e travessa Santa Maria. O deputado Eduardo Barroco de Melo, pediu a palavra para falar de dois assuntos: Sobre o assunto do separador central acha importante perceber-se que o valor inicial era à volta dos 42 000 euros, e não havendo possibilidade de a junta de freguesia assumir esta responsabilidade sem a

Página 11 de 17



condenação, exatamente por haver ausência de procedimentos, o executivo teve de esperar a decisão do tribunal e pagar todos os juros de mora, desde o tempo em que foi emitida a fatura até aos dias de hoje. Isto significa que, se de facto se tivesse querido entregar a casa limpa, se podia ter assumido, em tempo útil, a responsabilidade daquilo que se mandou fazer ou se ter chegado a acordo entre as partes. E nessa altura, quem mandou fazer a obra, teria tido a oportunidade de poupar ao erário público cerca de metade do valor total que a junta de freguesia vai ter de pagar. Respondendo diretamente a algumas coisas aqui abordadas por vários cidadãos, queremos explicar que, situações como estas não ajudam porque fomos quartados de uma verba importante para o fazer e, por isso pedimos a compreensão dos Arcozelenses quando há alguns atrasos. Prometemos tudo fazer para ultrapassar este revés. Sobre o outro assunto, disse achar muito importante e que o Partido Socialista gostava de o assinalar mais uma vez, agora de uma forma mais veemente; disse estar a falar do que estamos prestes a fazer em Arcozelo – a nova Junta. Há pouco estava aqui o Sr. José Vitor, nosso colega aqui na Assembleia de Freguesia, que muitas vezes nos dizia: o executivo fala do Masterplan, uma grande ambição, uma grande vontade de transformar o centro da nossa freguesia, mas que não se vê as coisas a acontecer. Eu tive a oportunidade de lhe dizer, que felizmente tínhamos uma certeza, quer no executivo da Junta de Freguesia, quer no executivo da Câmara Municipal, tínhamos e temos a certeza de que ao longo dos últimos anos, tudo o que este Executivo foi prometendo, cumpriu. Às vezes demora, porque é preciso planear, lutar, são trabalhos difíceis. Estamos agora numa nova fase, o início da contratação pública, que pode ter as demoras e constrangimentos que qualquer procedimento de contratação pública tem, mas a verdade é que temos aprovado na Assembleia Municipal, desde o dia 7 de dezembro, para os próximos anos um investimento de dois vírgula dois milhões de euros neste fórum da cidadania em Arcozelo e temos já desde o dia 20 o concurso a decorrer. Isto significa que, como tive oportunidade de dizer noutras ocasiões na Assembleia de Freguesia, podem não acreditar em nós porque ainda não está a pedra no terreno em Arcozelo, mas olhem para Canelas, eles também diziam que tinham muita ambição e que nada acontecia, e de facto a obra está feita. Ou olhem praticamente para todas as zonas centrais de todas as Freguesias de Vila Nova de Gaia e percebem que o Partido Socialista na Câmara Municipal e no executivo tem procurado revolucionar as nossas freguesias, devolver o espaço público aos cidadãos e aqui em Arcozelo este é o primeiro passo de uma obra de grande envergadura, que dificilmente será concluída dentro do limite de mandatos que posso cumprir como Presidente de Junta, mas que é o início de uma grande transformação para a nossa Freguesia, da possibilidade de termos

Página 12 de 17



serviços que não temos neste momento, ter um auditório por exemplo, da possibilidade de darmos dignidade quer ao Centro Social, quer à Junta de Freguesia; a possibilidade de coisas que não são da nossa dependência direta, como por exemplo a resolução do Quartel da GNR, que depende da Administração Interna mas está repensado para ser integrado neste novo espaço e temos a possibilidade de pensar na nossa Freguesia não como até aqui, mas como a vamos redesenhar para os próximos anos. É muito importante, porque às vezes os momentos que são históricos, são definidores, são momentos que nos passam ao lado no momento que os vivemos. Certamente que daqui a 20, 30 anos, vamos olhar para a transformação do que se está a promover agora e vamos dizer que foi este executivo que iniciou esse trabalho e teve oportunidade de transformar a Freguesia de Arcozelo naquilo que ela será. E hoje não temos essa perceção, hoje ainda é só uma verba aprovada e ainda é só um concurso público a decorrer, mas ontem ainda era só um projeto e antes disso ainda era só uma ideia e nós, felizmente, temos vindo a assistir paulatinamente à concretização das nossas ideias, às vezes mais devagar do que queríamos; às vezes queríamos que fosse a nossa rua e é outra, mas a verdade é que, nunca houve investimento na requalificação de ruas na história da Freguesia de Arcozelo como com este executivo. Nunca houve tanto investimento globalmente considerado como com este executivo, nunca houve projetos tao definidores de como será o futuro desta freguesia, como com este executivo. E eu percebo que nem todos tenham isto como prioridade, percebo que nem todos deem o devido valor a este momento, mas a verdade é que, o dia 7 de dezembro, essa aprovação de despesa na Assembleia Municipal, é o primeiro passo formal para que esta grande transformação se concretize; foi um dia muito importante e devíamos olhar para este dia como um dia memorável. Acho que devemos muito a este executivo e lhe devemos este agradecimento público, sem deixar que isso atenue a nossa exigência em relação a tudo aquilo que está por fazer, mas também é necessário e importante parar às vezes para reconhecer que não se tem feito assim tao pouco, e por isso muito obrigado ao executivo. Certamente estamos todos muito ansiosos para vir inaugurar o futuro fórum de cidadania em Arcozelo.

Como nenhum outro deputado pediu para intervir, passou-se ao ponto seguinte.

Ponto 9 - Apresentação, discussão e votação da 4.a revisão Orçamental ou 4.ª alteração Orçamental Modificativa

A Senhora Presidente do executivo deu a palavra à senhora Tesoureira que começou por dizer que os senhores deputados tinham em mão o mapa correspondente à 4º revisão orçamental deste ano e explicou que ela decorre de um acordo de colaboração que foi feito com o Município de apoio às

Página 13 de 17



atividades da Junta de Freguesia no valor de 60.000€; esta receita que deu entrada este mês de dezembro, vai ser aplicada em outras despesas relacionadas com o processo, com os juros e impostos. O Senhor Presidente da Assembleia, perguntou aos deputados se alguém queria intervir e como ninguém se manifestou, passou-se á votação do documento que foi aprovado por unanimidade.

Ponto 10 - Apresentação, discussão e votação da proposta de regulamento do programa "Mobilidade de Proximidade transporte Porta a Porta MOB +"

O Sr Presidente da Assembleia passou a palavra à Sr Presidente da Junta que disse que os Sr deputados tinham já em seu poder a proposta de regulamento e que gostaria de saber se tinham alguma proposta de alteração ao que estava proposto; de seguida leu a Proposta de regulamento do programa:

Introdução

Considerando a importância das autarquias locais na melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, a Junta de Freguesia de Arcozelo em parceria com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia criou o programa "Mobilidade de Proximidade" adiante designado por MOB+JFA.

Artigo 1º - Lei habilitante

O presente Regulamento tem como Leis Habilitantes o artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e as alíneas f) do n.º 1 do artigo 9.9 e h) do n.º 1 do artigo 16.8 da Lei 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada).

Artigo 2º - Âmbito

As normas definidas no presente Regulamento visam estabelecer as condições de funcionamento do programa MOB+JFA, organizado e promovido pela Junta de Freguesia de Arcozelo adiante designada por JFA.

Artigo 3° - Objetivo

O programa MOB+JFA tem por objetivo a deslocação de pessoas recenseadas na Fr de Arcozelo, a pontos geográficos adiante definidos, através da criação de um transporte automóvel, sem fins lucrativos e não concorrencial com qualquer um da mesma natureza.

Artigo 4° - Funcionamento do serviço

- 1. O programa MOB+JFA define como pontos geográficos suscetíveis de deslocação a partir do domicílio do requerente do serviço:
- a) Edifício sede da Junta de Freguesia de Arcozelo;
- b) Posto de atendimento dos correios em Arcozelo;
- c) Unidades do Serviço Nacional de Saúde localizadas em Arcozelo;
- d) Unidade do Serviço Nacional de Saúde localizadas em São Félix Marinha;

Página 14 de 17



- e) Unidade do Serviço Nacional de Saúde localizadas em Serzedo;
- f) Centros de vacinação.
- g) Paragem de autocarro para Interligação para deslocações ao Hospital
- h) Balcões de entidades bancárias com estabelecimento na Freguesia de Arcozelo.
- 2. Este serviço é assegurado de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, exceto quando se verifiquem tolerâncias de ponto ou outros motivos Impeditivos da sua realização.
- 3. Informações adicionais sobre o programa MOB+JFA podem ser solicitadas na secretaria da JFA.

Artigo 5° - Inscrições

O acesso ao serviço MOB+JFA é feito por requisição prévia, com a antecedência mínima de 48 horas relativamente ao dia da prestação do serviço, presencialmente na secretaria da JFA, por contacto telefónico com a mesma (227536600) ou por correio eletrónico secretaria@jf-arcozelo.pt

Artigo 6° - Regras de utilização

- 1. Os requerentes do serviço ficam vinculados ao cumprimento do horário estipulado devendo por isso estar à hora agendada no local previamente definido.
- 2. A viatura afeta ao MOB+JFA não pode nunca exceder a lotação prevista na legislação em vigor, sendo proibido fumar, ingerir alimentos ou bebidas no interior da mesma.
- 3. Sempre que aplicáveis, este tipo de serviço cumprirá as orientações emanadas pela Direção Geral da Saúde.
- 4. Excecionalmente, e em caso de necessidade devidamente comprovada, o utilizador deste serviço fica autorizado a fazer-se acompanhar por uma pessoa da sua confiança, a qual fica vinculada ao cumprimento das regras de funcionamento e utilização do mesmo.
- 5. Durante a deslocação os utilizadores do serviço ficam obrigados a manter as condições de higiene da viatura, não podendo provocar quaisquer danos na mesma.
- 6. Estão abrangidas pelo serviço MOB+ todas as pessoas recenseadas em Arcozelo ou, no caso de menores, em que pelo menos um dos progenitores esteja recenseado em Arcozelo, dando-se prioridade aos cidadãos:
- a) com idade igual ou superior a 65 anos
- b) pessoas com mobilidade reduzida e portadoras de deficiência.
- 7. O motorista controla o acesso à viatura e pode pedir a identificação aos passageiros, mediante a apresentação do cartão de cidadão ou outro documento equivalente que se obrigam a exibir caso lhes seja solicitado.

Página 15 de 17



8. Não poderão ser transportados quaisquer materiais suscetíveis de danificar o Interior da viatura, sendo expressamente proibido o transporte de materiais inflamáveis ou explosivos.

Artigo 7º - Responsabilidades

- 1. Nos termos da lei em vigor a viatura tem seguro de ocupantes.
- 2. Enquanto promotora do programa MOB+JFA, a JFA não se responsabiliza pela eventual falha do serviço por motivos de caracter excecional, como constrangimento de transito, ausência de motorista, condicionalismos de ordem financeira ou outros que venham a ocorrer.

Artigo 8º - Reclamações

- 1. Informações relacionadas com o funcionamento do serviço, deverão ser dirigidas à Junta de Freguesia através do e-mail secretaria@if-arcozelo.pt
- 2. Qualquer sugestão, reclamação ou elogio, deverá ser formalizado através do e-mail secretaria@jf-arcozelo.pt

Artigo 9° - Casos omissos

Nos casos omissos do presente Regulamento, as situações serão analisadas caso a caso.

Artigo 10° - Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor decorridos os prazos legais.

O Sr presidente da Assembleia perguntou se algum Sr deputado queria algum esclarecimento ou dar alguma sugestão. Pediu a palavra o Sr deputado Israel, cumprimentou a Assembleia e disse que este acontecimento, também é um momento histórico para a Freguesia de Arcozelo porque agora os fregueses têm ao seu dispor este transporte que do ponto de vista social irá ajudar bastante as pessoas mais carenciadas e com mais idade e maior limitação em termos de mobilidade; aqui foi referida a necessidade de fazer opções e em vez de se optar por reparar os passeios (um processo moroso) onde as pessoas e os idosos caem, optar por comprar uma carrinha para transportar esses mesmos idosos para o centro de saúde, para o hospital, para os correios, talvez tenha sido uma boa opção. Isto é elevação social, isto é cuidar das pessoas e pensar na freguesia e por isso, aqui publicamente, dou os parabéns ao executivo da Junta de Freguesia por ter este serviço à disposição dos fregueses a partir de amanhã.

Como ninguém mais pediu a palavra, passou-se à votação; a proposta de regulamento foi aprovada por unanimidade.

Ponto 11 - Discussão e votação do Parecer da Presidente da Junta de Freguesia, aprovado em reunião do executivo de 19/12, para atribuir denominação a dois arruamentos da Freguesia

O Sr Presidente da Assembleia passou a palavra à Sr Presidente da Junta que explicou que há uma casa de um senhor invisual que há vários anos foi construída num terreno da Junta de Freguesia com materiais

Página 16 de 17



oferecidos pela Junta que, na época, pretendeu ajudar este senhor; entretanto, a casa foi sendo melhorada e atualmente os filhos deste senhor, já adultos e emigrados pretendem a legalização da casa para possível aquisição à Junta, uma vez que ela está construída em terreno da autarquia. Para que essa legalização tenha lugar é necessário dar uma denominação à respetiva rua. A Junta de Freguesia propôs o nome de Travessa do Carvalhal Novo. Outro arruamento que existe na urbanização em frente ao Sporting Clube de Arcozelo, paralela à A29 recentemente rasgado que também não tem nome. O Executivo querendo homenagear José Ramos pensou dar o seu nome a esta rua, pelo trabalho desenvolvido no Sporting Clube de Arcozelo. O Sr presidente perguntou se algum Sr deputado queria intervir, não tendo ninguém pedido a palavra passou-se a votação. A proposta foi aprovada por unanimidade. De seguida leu-se a minuta da ata desta Assembleia de Freguesia de 26/12/2022, que foi votada e aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente reunião às zero horas e 13 minutos do dia 27 de dezembro de 2022.

A senhora Presidente convidou todos os presentes para um convívio com Bolo-Rei e um Porto e desejou um bom ano para todos e continuação de boas festas. O Sr Presidente da Assembleia desejou a todos um bom ano com muita saúde e encerrou a presente sessão.

Aprovada em Assembleia de Freguesia de 21 de abril de 2023.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

A Primeira Secretária,